

TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO - PR¹

Darciel Sinhori da Costa²
Suely Aparecida Martins³

Resumo

Analisamos, neste artigo, experiências de jovens, egressos do Ensino Médio e residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, em Francisco Beltrão - PR, a respeito da escola e do emprego. Com base no materialismo histórico-dialético, em documentos e entrevistas semiestruturadas com oito jovens, identificamos que coexistem duas redes de ensino voltadas ao enquadramento das juventudes aos postos de trabalho, tendo em conta etnia, classe social, renda e gênero. A rede voltada aos trabalhadores visa à formação para o mercado de trabalho. Concluímos que a efetiva vivência da moratória social é limitada pela condição de classe.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Juventude; Desigualdade Social; Escola.

TRABAJO, EDUCACIÓN Y JUVENTUD: EL CONTEXTO DE LOS JÓVENES EN EL CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA, EN FRANCISCO BELTRÃO – PR

Resumen

En este artículo, analizamos las experiencias de jóvenes egresados de la enseñanza media que viven en el *Conjunto Habitacional Terra Nossa*, en Francisco Beltrão, en el estado de Paraná, respecto a la escuela y el empleo. A partir del materialismo histórico-dialéctico, de documentos y de entrevistas semiestructuradas con ocho jóvenes, identificamos que coexisten dos redes educativas, dirigidas a encuadrar a los jóvenes en empleos según categorías como etnia, clase social, renta y género. La red dirigida a los trabajadores tiene como objetivo formarlos para el mercado laboral. Concluimos que la experiencia efectiva de la moratoria social está limitada por la clase social.

Palabras llave: Trabajo; Educación; Juventud; Desigualdad social; Escuela.

WORK, EDUCATION AND, YOUNGNESS: THE CONTEXT OF YOUTH IN THE TERRA NOSSA HOUSING COMPLEX IN FRANCISCO BELTRÃO – PR

Abstract

In this article, we analyze the experiences of young people who have graduated from high school and live in the *Terra Nossa* Housing Complex in Francisco Beltrão, state of Paraná, regarding school and employment. Based on historical-dialectical materialism, documents, and semi-structured interviews with eight young people, we identified that two education networks coexist, aimed at fitting young people into jobs according to categories such as ethnicity, social class, income, and gender. The network aimed at workers is aimed at training them for the job market. We conclude that the effective experience of the social moratorium is limited by class.

Keywords: Work; Education; Youngness; Social inequality; School.

¹ Artigo recebido em 21/05/2023. Primeira Avaliação em 14/08/2023. Segunda Avaliação em 15/08/2023. Aprovado em 18/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.58392>.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEFB) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão, Paraná - Brasil.

E-mail: darcesinhori@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4230394309513253>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6852-2233>.

³ Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEFB) e do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão, Paraná - Brasil. E-mail: martins_sue@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2450774413938872>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7876-6634>.

Introdução

Nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020) a respeito do indicador jovens que não estudam e não trabalham, verificamos uma significativa redução de 0,9%, ao sair de 23,0%, em 2018, para 22,1%, em 2019. Entre os jovens de 15 a 17 anos que cursam o Ensino Médio, há uma média de 22,0% daqueles que frequentam a escola em etapa anterior à adequada (IBGE, 2020). Esses são dados que afetam diretamente as condições de subsistência e de desenvolvimento das juventudes⁴, uma vez que tal categoria se encontra intimamente relacionada à escolarização e ao mercado de trabalho. No Estado do Paraná, em específico, as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não têm sido alcançadas desde 2013, após três anos atingindo-as consecutivamente. Em de 2019, esperava-se uma média de 4,9, porém, foi de apenas 4,4, uma diferença relativamente pequena se não fosse acompanhada por anos de insuficiência nas médias estipuladas.

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, especificamente no artigo 1º § 1º, considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Também compreende que os direitos básicos das juventudes são: o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; o direito à educação; o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; o direito à diversidade e à igualdade; o direito à saúde; o direito à cultura; o direito à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; o direito ao território e à mobilidade; do direito à sustentabilidade e ao meio ambiente e, o direito à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013). No entanto, a maioria desses direitos continua longe de ser uma realidade para grande parte das juventudes brasileiras, o que, de forma clara e direta, culmina em uma série de prejuízos a esse público, fatores que dificultam seu processo de transição à vida adulta.

⁴ Falamos em juventudes considerando a diversidade existente entre os jovens, bem como o entendimento de que não existe juventude abstrata e fora de determinada realidade social e espacial. Os jovens fazem parte da realidade concreta e, portanto, são constituídos a partir de determinada materialidade social. No capitalismo, as desigualdades impactam mais os jovens trabalhadores e das periferias do que os jovens pertencentes a outras classes (SANFELICE, 2013).

Considerando esse panorama, propomo-nos a discutir neste artigo⁵ as trajetórias escolares vivenciadas por jovens egressos do Ensino Médio, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, localizado no bairro Padre Ulrico, região periférica de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Nosso objetivo parte da tentativa em explicitar as condições dos jovens da classe trabalhadora diante das macroestruturas escola e mercado de trabalho. Dessa forma, indagamo-nos: Quais são as experiências escolares destes jovens? Em quais condições adentram ao mercado de trabalho, com que idade e em que cargo? De que forma as experiências do percurso escolar se entrecruzam com as experiências no mercado de trabalho vividas por esses jovens?

Nos interessa, neste estudo, analisar especificamente o fenômeno da evasão escolar imbricado às condições de trabalho dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, haja vista a intensificação das relações precarizadas de trabalho e que, na localidade a ser estudada, se expressam nos números. Com base nos dados retirados dos cadastros do Setor de Habitação da Secretaria Municipal de Ação Social (FRANCISCO BELTRÃO, 2019), no contexto em pauta, há: jovens com baixas remunerações (total de 138, especificamente), os que não possuem renda (8), os que recebem abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (R\$ -260,00) (45), os que recebem acima ou equivalente a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (R\$ +260,00) (61), os que recebem um ou mais salários-mínimos (R\$ 1.045,00) (25), os que não trabalham (cinco homens e 28 mulheres) ou estão inseridos no mercado informal (sete homens e quatro mulheres).

A partir dessas informações, já é possível destacar a inserção precoce das juventudes periféricas no mercado de trabalho, fator que diminui as possibilidades de vivência, definidas por Margulis e Urresti (1996) como moratória social. Esse conceito refere-se a um período de suspensão das obrigações da condição adulta, no sentido de se aprimorar e se preparar para os enfrentamentos e obstáculos que a vida adulta impõe. Todavia, para os próprios autores, questões econômicas e culturais impedem a vivência igual desse período pelos jovens. Consideramos que, em função da estrutura de classes do capitalismo, são pequenas as camadas que desfrutam dessa condição; os jovens das periferias, os trabalhadores ou subempregados, têm, desse

⁵ Este artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão – PR, tendo apoio CAPES/PPGEFB.

modo, o período escolar postergado, sendo que muitos não concluem o Ensino Médio, evadindo-se dos bancos escolares.

Apontamos, em concordância com outros autores supracitados, que a educação é dual e classista. Por conta disso, a fração dos jovens que pertencem à classe trabalhadora tem seu período de moratória social usurpado, necessitando submeter-se a jornadas árduas de trabalho e abandonar os estudos. À maioria desses jovens resta a inserção em postos de trabalho de caráter simples e com baixas remunerações.

Como metodologia, optamos pela pesquisa qualitativa. Após a aprovação no Comitê de Ética⁶, realizamos oito entrevistas semiestruturadas, compostas por 20 questões abertas, referentes às trajetórias na escola, a etnia autodeclarada, a escolaridade dos pais, entre outras. Os oito jovens foram selecionados com base nos seguintes critérios: estar na faixa etária entre 18 e 24 anos, ter um histórico de evasão escolar e residir no Conjunto Habitacional Terra Nossa. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, sistematizadas e analisadas. As entrevistas ocorreram no mês de janeiro de 2022, na cidade de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Para nos referir aos jovens participantes da pesquisa, utilizamos pseudônimos, considerando a ocupação no período da realização das entrevistas. Além desse instrumento, recorreremos à análise documental, utilizando dados quantitativos oriundos dos registros do Setor de Habitação da Secretaria de Ação Social de Francisco Beltrão – PR (FRANCISCO BELTRÃO, 2019) a respeito da etnia, da escolaridade, da unidade familiar, da renda e da empregabilidade dos jovens.

Para apresentar os resultados desta investigação, organizamos este artigo em cinco seções. A primeira é esta introdução; a segunda seção concentra as bases teóricas sobre a relação entre as categorias sociais de análise: Trabalho, Educação e Juventude; a terceira seção, apresenta dados acerca dos históricos de reprovação dos jovens entrevistados, fatores contributivos para o fracasso escolar, assim como informações sobre sua inserção no mercado de trabalho, ocupação e renda; a quarta seção é dedicada à análise das relações entre as categorias trabalho, educação e juventude; a quinta seção reúne as considerações finais.

⁶ Comitê de Ética da Universidade Estadual Oeste do Paraná. No processo de entrevistas todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Trabalho, educação e juventudes: bases conceituais

Foi reprovado alguma vez? “Fui, no 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior”, [me inseri no mercado de trabalho aos] “15 anos, no interior tipo roçar, carpir e na cidade foi metalúrgica, foi costura, foi pintor, foi servente de pedreiro, foi serrador de madeira, foi açougueiro, foi negócio de repor mercadorias, foi padeiro e agora eu to aqui” [desempregado] (COLONO, entrevista, grifos nossos).

A epígrafe refere-se ao sujeito com o pseudônimo “Colono”, devido à sua trajetória no campo, como filho de agricultores. Viveu por lá até próximo de seus 18 anos, quando veio para a cidade. Na escola, o Colono reprovou cinco anos na 8ª série. Ele relata que, quando estudava, tinha em casa uma carga árdua de trabalho com os afazeres do campo, com as criações e plantações. Com base nesse e outros possíveis fatores, justificou a sua evasão.

A particularidade da entrevista com o Colono está no fato de suas experiências de trabalho, após se instalar na cidade, terem sido as mais variadas. Assumiu postos de trabalho remunerado com seus 15 anos, quando ainda estava no campo, segundo ele, “fazendo biquinhos”. Já na cidade, ocupou os mais variados postos de trabalho, desde aqueles utilizados no campo como “roçar, carpir”, passando a “metalúrgico, costureiro, pintor, servente de pedreiro, serrador de madeira, açougueiro, repositor de mercadorias e padeiro” (COLONO, entrevista).

Percebemos, nessa trajetória, que os postos de trabalho assumidos pelo jovem representam atividades de caráter mais manual, sem a necessidade de um grande esforço intelectual para serem realizadas. Entretanto, partimos da suposição de não fomento à perspectiva de trabalho dicotômica, ou seja, que separa e divide as execuções em manuais e intelectuais, já que compreendemos o sujeito como naturalmente forjado sob e por meio do trabalho, do ato de modificar a natureza que o cerca. Nesse processo, utiliza-se de ambas as funções (tanto manual como intelectual), pois passa pela projeção e pela execução prática de qualquer ação. De acordo com Saviani (2003),

A sistematização dessas tarefas manuais passa a definir de forma dominante essas profissões, mas não excluem a função intelectual. O próprio fenômeno da aprendizagem evidencia isso: se o trabalhador pode aprender essas funções, exercer essas atividades, é porque aplica a sua inteligência no domínio desse processo. Inversamente, as

funções e as profissões ditas intelectuais têm esse nome porque se organizam tendo como eixo de articulação as funções intelectuais. Mas também não se fazem sem o recurso à prática, à ação manual. É por isso que a ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem a base da ação. O que a ideia de politecnia tenta trazer é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação. A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade (SAVIANI, 2003, p.139).

Embora o trabalho não se divida em manual e intelectual, não é raro observar que paira sobre ele uma distorção, já que os resultados do processo de produção são apropriados de forma privada. Em outras palavras, apenas uma pequena parcela da humanidade usufrui do tempo livre, à medida que a classe trabalhadora, produtora da riqueza social, é lançada na “necessidade de prosseguir em um processo de trabalho forçado” (SAVIANI, 2003, p.139). A superação da sociedade de classes “viabiliza as condições para que todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual” (SAVIANI, 2003, p. 139).

No que diz respeito ao sistema educacional, em sua aparência, finge-se considerar todos os alunos como iguais: “o filho do pedreiro como identicamente preparado, tão apto como o filho do engenheiro a saborear a ementa escolar” (SNYDERS, 2005, p.25). Esse sistema unilateral e elitista, para Frigotto (2012, p. 268), pauta-se “na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, na divisão social do trabalho e nos processos de expropriação e alienação que tais relações impõem, limitando o livre e solidário desenvolvimento humano”.

A escola, nessa dinâmica, se apresenta de maneira dual e classista, pois, segundo Araújo (2019), as instituições de ensino estão imersas na disputa entre as classes e seus interesses. Em vista disso, a enorme fração do povo tem uma trajetória conturbada com os estudos, por vezes, em experiências curtas e práticas de escolarização, ao mesmo tempo em que os filhos das classes dominantes ou da pequena burguesia têm acesso à cultura acadêmica, podendo ingressar no Ensino Superior. O intuito vem ao encontro do enquadramento das juventudes à posição específica, reservada conforme a classe social que ocupam, na divisão sociotécnica do trabalho. Assim sendo, materializam-se no Brasil dois projetos de ensino: um vinculado às classes pobres e outro destinado às classes médias e burguesas (ARAÚJO, 2019).

O primeiro projeto tem por objetivo preparar os jovens da classe trabalhadora para a exercícios laborais simples, de caráter manual e sem a necessidade de grandes instruções intelectuais. Quanto ao segundo, “possui uma base mais científica e cultural destinada a preparar seus egressos para o exercício de funções de mando na sociedade” (ARAÚJO, 2019, p. 20). Essa dualidade no ensino se expressa, de acordo com Faleiros (2008), na “desigualdade de capitais de origem ou de partida”, os quais não oferecem condições justas e contradizem a afirmação de que todos os jovens têm as mesmas oportunidades. Desse modo, “assemelha-se a uma corrida com barreiras, na qual se manifestam de forma marcante, além da desigualdade de capital e renda, as condições de etnia, cor, gênero e território” (FALEIROS, 2008, p. 65/66). O autor complementa:

O pressuposto fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola, trabalho e sociedade é de que as condições e trajetórias do jovem se articulam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais (FALEIROS, 2008, p. 65).

Ainda sobre a instituição escola, Snyders (2005, p. 23), retomando as reflexões de Bourdieu, ressalta que ela se organiza com base em uma cultura voltada aos comportamentos dos que pertencem às classes dominantes e não das subalternas. Para esse autor, os herdeiros da cultura das classes privilegiadas não têm dificuldade em assimilar as contribuições da escola, já que não lhes é estranha, pois “faz parte do seu elemento natural”. Diante disso, para as classes subalternas e populares, o diploma é “uma conquista muito cara” (SNYDERS, 2005, p. 23). Com a ideologia de escola igualitária, as questões externas aos muros escolares são ignoradas, as estruturas sociais injustas e desiguais não aparecem e o local de partida desses jovens recebe um sentido meritocrático: quanto mais esforço, mais chances para avançar nos postos de trabalho e ser bem-sucedido nas carreiras. Desse modo, o autor reforça que “o sistema escolar perpetua e sanciona as desigualdades iniciais [...]” (SNYDERS, 2005, p. 24).

Questionados sobre a relação entre ser bom aluno na escola e conseguir ter um emprego com bom salário, os relatos expressam interessantes, porém, diferentes pontos de vista. Vejamos o que nos disse o Colono: “concordo, plenamente, não tenho estudo daí enquanto tenho que ganhar 50 pila quase morrendo no sol e ali com um concurso de PM paga 100 reais o concurso, se passar no concurso ganha quatro,

cinco mil por mês na sombra” (COLONO, entrevista). Em suas palavras, observamos de forma concreta a segregação social a partir dos postos de trabalho que ocupam, atividades manuais em caráter simples, entretanto, com baixos salários e em contextos, não raro, insalubres. Já aqueles que estudam e alcançam seus títulos, por sua vez, recebem maiores salários e condições trabalhistas mais justas, mesmo não sendo uma regra.

Outra expressão do tema está presente no relato da Manicure, quando questionada acerca da mesma pergunta: “mentira, mentira, porque hoje em dia tem gente concursado fazendo quase a mesma coisa que eu, então isso daí já não vale muito hoje em dia, hoje em dia com a internet a gente descobre tudo, sabe de tudo, toda hora” (MANICURE, entrevista). Notamos certa coerência na fala da jovem, considerando a precarização, as privatizações, a redução estatal, em síntese, as pautas neoliberais que visam a sucatear e a desmontar os contratos de trabalho, exigindo menos do empregador e mais formação acadêmica ao proletariado.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, cresce a cada ano o número de jovens que não conclui o ensino básico. Na faixa etária de jovens entre 14 e 29 anos, 20,2% não completaram o Ensino Médio, seja por abandono ou por nunca o terem frequentado (IBGE, 2020). Essa pesquisa também revelou que de um montante de quase 50 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, 10,1 milhões (58,3% homens e 41,7% mulheres) se encontram em situação de evasão ou abandono escolar; considerando-se a cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos (IBGE, 2020).

A respeito dos motivos que levam à evasão ou ao abandono, os jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. Na PNAD 2019, verificamos que 50,0% dos homens declararam a necessidade de trabalhar como principal fator de evasão. No caso das mulheres, as justificativas foram: não ter interesse em estudar (24,1%); gravidez (23,8%); e trabalho (23,8%). Esses dados sinalizam que o mercado de trabalho ainda é formado essencialmente por homens. Além disso, 11,5% das mulheres indicaram a relação dos afazeres do lar como principal motivo do abandono (IBGE, 2020).

De forma quantitativa, todas as razões supracitadas atingem cerca de 70% desses jovens, independentemente da região, sugerindo a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola (IBGE, 2020). Entender esses

números que expressam a evasão escolar no Brasil nos impele a indagar: Que tipo de sociedade que, mesmo tendo democratizado o acesso à escola, ainda produz um contingente de jovens que dela se evadem? É possível afirmar que o fenômeno da evasão escolar está diretamente ligado à estrutura social capitalista.

Mészáros (2008) pondera que o processo educativo é o elemento central de formação humana. Entretanto, na lógica do capital, a educação se destina a fornecer conhecimentos e pessoal necessário ao manuseio da maquinaria de produção, além de também de gerar e de transmitir um quadro de valores morais que visam a incutir e legitimar em suas subjetividades os interesses dominantes.

Nessa lógica, interessa à classe dominante que os processos educativos sejam mantidos sobre seu controle, sobretudo por conta da formação social da classe trabalhadora. É nela que se encontram imbricadas a formação e a socialização das novas gerações, com vistas aos fatores de produtividade e de passividade, de tal modo que os trabalhadores, em geral, se percebem como capital humano, ou seja, uma “mercadoria força de trabalho, em busca de aprimoramento de suas capacidades produtivas e de oportunidades de empregabilidade” (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 313).

Nessa perspectiva de investimentos em si mesmos, os trabalhadores, por sua vez, “imbuídos de uma ideologia de formação de capital humano, tornar-se empresariado” (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p. 566). Assim, quanto mais habilidades e competências exigidas possuírem, melhores condições de trabalho surgirão. É sob essa justificativa que a elite atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade por sua formação, sendo ele próprio seu principal investidor.

Para tornar ainda mais efetiva essa responsabilização, necessita-se de uma ideologia com pilares forjados na racionalidade neoliberal, cujo objetivo seja a estruturação e a organização não somente da ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados. Tal racionalidade assume como principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta do trabalhador, e as empresas, por sua vez, se tornam modelos almejados de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ao campo educacional se impõe a pedagogia das competências⁷ por meio de reformas jurídicas, com vistas a desenvolver nos jovens habilidades relevantes, de modo que se assumam protagonistas e compitam com seus pares por melhores condições em um mercado de trabalho flexível, alienante e excludente. Motta, Leher e Gawryszewski (2018) reforçam que aos jovens pertencentes à classe trabalhadora é reservado um projeto formativo capaz de desenvolver competências técnicas que atendam às demandas específicas do século XXI. Em outras palavras, dentro da pedagogia do capital, o processo educativo deve fortalecer competências socioemocionais e procedimentos comportamentais, embasados pelos discursos de resiliência, de adaptabilidade e de persistência, que devem ser inculcados nos jovens desde o início da escolarização.

Os problemas da má gestão pública do campo educacional, desse modo, seriam supostamente resolvidos pela aprovação e pela implementação de profundas reformas curriculares. Podemos citar como exemplo a contrarreforma do Ensino Médio⁸, que, com a flexibilização curricular, tem precarizado a formação dos jovens das escolas públicas brasileiras, ao reduzir a carga horária destinada à formação básica e substituí-la por uma parte diversificada, supostamente baseada na escolha dos alunos.

A desigualdade é tanta que o perfil socioeconômico dos jovens que se evadem a escola e não concluem o Ensino Médio expressa uma realidade brutal: condições que refletem as injustiças sociais da estrutura de classes, circunstâncias precárias de sobrevivência que determinam e enquadram as juventudes nos espaços a elas reservados conforme a sua classe social, perpetuando-se práticas desiguais, porém,

⁷ A formação com base em habilidades e competências está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Ensino Médio. Sua definição contempla “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08). A avaliação por competências ocorre orientada por normativas, isto é, um conjunto de padrões observados nos mais diversos espaços de produção, concedendo parâmetros, sujeito a comparações, a fim de avaliar o que o trabalhador é ou pode vir a ser (RAMOS, 2009, p. 56). Disso surge a pedagogia por competências, com um currículo, conforme Ramos (2009, p.119), que se fundamenta na redefinição dos conteúdos e seus sentidos, assumindo uma postura prática destes saberes, “abandonando a preeminência dos saberes disciplinares para se centrar em competências supostamente verificáveis em situações e tarefas específicas”.

⁸ O Novo Ensino Médio foi aprovado pela Medida Provisória nº 746/2016, sendo sancionado pela Lei nº 13.415/2017. Para Motta e Frigotto (2017, p. 369), “trata-se de uma contrarreforma que expressa [...] uma violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada [...]”. É importante considerar os embates travados pela classe trabalhadora pela sua revogação desde a divulgação do decreto até o contexto atual.

necessárias ao modelo econômico capitalista. A superação está imbricada à construção de novas relações sociais baseadas na apropriação coletiva da produção, do saber e da cultura.

Na próxima seção, apresentamos uma série de dados socioeconômicos de 138 jovens, com idade entre 18 e 24 anos, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, em Francisco Beltrão - PR, cujo histórico de evasão escolar lhes é comum. Nosso objetivo vai ao encontro da temática sobre as injustas condições de existência que esses jovens têm em relação aos da classe dominante, bem como as desigualdades sociais que os cercam, a exemplo do desemprego, dos baixos salários, da desapropriação econômica, da fome e da pobreza.

Os Jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa

Francisco Beltrão é um município localizado no Sudoeste do Paraná, e, segundo o IBGE (2022), conta com um contingente populacional de aproximadamente 96.666 pessoas, distribuído em 735,111 km² de área territorial. Os complexos industriais moldam a paisagem urbana, enquanto no campo permanecem principalmente aqueles que possuíram as condições para se “modernizar”.

Em particular, nesse município, ao longo dos anos de 1990, foram construídos novos conjuntos habitacionais, com o intuito de abrigar a população pobre que saia do campo em direção à cidade em busca de oportunidades nas indústrias (LEME, 2015). Nesse cenário de imposições, moldou-se o espaço urbano, definindo grupos sociais a partir dos locais de residência: ao Norte da cidade, estão os bairros populares, as comunidades, as favelas, por conta do forte estímulo de industrialização; ao Sul, encontram-se os loteamentos destinados ao público mais rico, com maior poder aquisitivo, próximos a universidades e hospitais (LEME, 2015).

De acordo com Pagnan (2019, p.15), o bairro Padre Ulrico é considerado como uma “área da periferia pobre da cidade de Francisco Beltrão-PR” que faz divisa com o Rio Marrecas, com as Rodovias BR-180 e Antônio de Paiva e com as áreas rurais. O autor se refere ao bairro como um “exemplo de periferia pobre”, que “resultou da constituição de alguns conjuntos habitacionais, aos quais posteriormente se somaram áreas de ocupações ilegais e loteamentos regulares” (PAGNAN, 2019, p. 40).

Mesmo sendo uma região pobre do município, acreditamos que existem heranças históricas de organização popular que marcam a trajetória dos que ali

habitam, bem como a luta por regularizações fundiárias, iniciando com o movimento de forte cunho católico dos padres belgas que construíram movimentos, instituições e coletivos que permanecem basilares na comunidade. Assim, é possível ressaltarmos a organização coletiva e popular como um ponto central.

A relação entre a questão da moradia, o meio de produção e as particularidades do bairro Padre Ulrico, onde se localiza o Conjunto Habitacional Terra Nossa, é que ambos estão expostos ao fenômeno da pauperização. Netto (2001), em sua análise sobre a questão social, enfatiza o fenômeno da pauperização como pilar constituinte do modelo capitalista de produção, além de sustentar grandes e relevantes transformações agrícolas no campo e no mundo do trabalho.

Netto (2021) argumenta que foi no processo de industrialização e de produção em massa que se registrou pela primeira vez na história o aumento da pobreza em proporção semelhante à elevação da capacidade de produção de bens e serviços pela sociedade. Todavia, o pesquisador ressalta que se elevou-se também o contingente de força produtiva que, “além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente” (NETTO, 2001, p. 42). Os trabalhadores foram forçados a se enquadrar naquilo que se ofertava pelas elites no momento: a evasão do campo rumo ao trabalho precário oferecido nas indústrias de produção manufatureiras, nos grandes centros urbanos em formação. São esses e outros desdobramentos sócio-políticos que fizeram/fazem com que o pauperismo receba a designação “questão social”.

O surgimento do Conjunto Habitacional Terra Nossa deu-se por meio do processo de luta e de conquista de terras por parte de famílias residentes no bairro Padre Ulrico e em outras localidades, tais como Cantelmo, São Miguel e Novo Mundo. Em 2016, especificamente no início do mês de setembro, famílias ocuparam uma área de 596.580,00 m² (quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta metros quadrados), até então destinada à construção de um frigorífico, denominado Frigobel. O Conjunto Habitacional Terra Nossa foi regulamentado pela Lei nº 4.576, de 12 de junho de 2018, a qual declarou a área do antigo Frigorífico Frigobel como de interesse social para fins de regularização fundiária, estabelecendo os critérios e os procedimentos de normatização para fins de moradia.

Mas quem são os jovens moradores do Conjunto Habitacional Terra Nossa? De quais juventudes se trata? Uma das questões centrais desta discussão diz respeito

às possibilidades reais que os jovens da classe trabalhadora têm para viver de maneira mais justa adiante da desigualdade de classes, considerando os níveis de alfabetização, de permanência na escola e de postos de trabalho assumidos em suas trajetórias. Sobre isso, os dados apresentados a seguir nos permitem afirmar que esses jovens quase não experimentam a condição de moratória social.

Tabela 1: Dados socioeconômicos de jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão – PR

Escolaridade		Trabalho		Renda Per Capta	
Fundamental Incompleto	49	SIM	106	Não possuem renda	8
Fundamental Completo	14				
Médio Incompleto	38				
Médio Completo	34			Abaixo de ¼ SM (R\$ -260)	45
Superior Incompleto	1			Acima ou equivalente a ¼SM (R\$ 260)	60
Superior Completo	2	NÃO	32	1 ou mais salários-mínimos (R\$ 1.040)	25

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados disponíveis pela Secretaria Municipal de Ação Social de Francisco Beltrão, 2019.

É expressivo que, em um total de 138 jovens, somente 37 concluíram o Ensino Médio e que apenas três ingressaram no Ensino Superior, sendo que dois o concluíram. Constatamos, também, que a maioria trabalha, mas a faixa de renda *per capita* proveniente da venda de sua mão de obra, em sua maioria, está um pouco acima ou equivalente ao valor de R\$260,00 ou ¼ do salário-mínimo atual. O fator renda gera insegurança e instabilidades quanto ao acesso e à permanência na escola, pois tratamos de sujeitos que, por seus contextos sociais e econômicos, encontram-se inviabilizados de projetos de futuro que incluam postos de trabalho nos quais se exige mais instrução e que ofereçam uma remuneração mais justa. Essa situação se harmoniza com a própria posição que o Brasil ocupa na divisão internacional de trabalho, cuja base se mantém, conforme explicam Motta e Frigotto (2017, p. 358), “na produção e exportação de commodities minerais, agrícolas e alguns produtos manufaturados”, portanto, necessita de uma força de trabalho pouco qualificada.

Além disso, é oportuno nos lembrar de uma das críticas de Frigotto (1989) à teoria do capital humano, a qual, ao vincular diretamente educação escolar, emprego e diminuição das desigualdades sociais, desconsidera a realidade concreta da sociedade capitalista, em um contexto em que o aumento e a intensidade do avanço

tecnológico no processo produtivo, longe de trazer benesses ao trabalhador, produzem subemprego e desemprego. Nesse sentido, sinalizamos que as profissões elencadas na tabela a seguir remetem à inclusão precoce e precária dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa no mercado de trabalho em busca de renda.

Tabela 2: Cargos declarados nos cadastros habitacionais, agrupados por gênero

Masculino		Feminino	
Cargo	Qt.	Cargo	Qt.
Repositor	1	Não Trabalham	28
Operador de Máquina	1	Do Lar	36
Expedição de Medicamento	1	Doméstica	1
Empacotador	1	Estagiária	2
Auxiliar de Trecho	1	Auxiliar de Produção	3
Auxiliar de Loja	1	Informal	4
Mecânico	3	CLT - Não Especificado	2
Não Trabalham	5	Auxiliar de Cozinha	2
Informal	7	Babá	1
Auxiliar de Produção	13	Operador de Higienização	1
Construção Civil	6	Operador de Telemarketing	1
Padeiro	1	Caixa Mercado	1
Pintor	1	Auxiliar de Dentista	1
CLT - Não Especificado	2	Auxiliar de Serviços Gerais	2
Montador	1	Manicure	1
Motorista	3	Op. de Monitoramento	1
Comunicador Visual	1	Pet. Shop	1
Total Masculino:	49	Auxiliar de Escritório	1
Total Feminino:	89		

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados disponíveis pela Secretaria Municipal de Ação Social de Francisco Beltrão, 2019.

Na vida desses jovens, trabalho, educação e juventude se entrecruzam em histórias que encontram na evasão escolar uma experiência comum. A escolaridade, entre outras categorias, marca as trajetórias desse grupo específico de jovens de forma excludente, inviabilizando a conquista de posições sociais mais remuneradas, não apenas pelo salário, mas também pelo “valor humano” atribuído aos sujeitos conforme a sua classe social, a sua etnia, o seu gênero, a sua escolaridade, a sua posição na divisão social e técnica do trabalho, entre outros aspectos.

Destacamos que estão presentes nos dados condições de trabalho declaradas como informal (11), além de um número expressivo de jovens que não trabalham (33), mulheres em situação de trabalho doméstico (36), por vezes considerado como um não trabalho, sem ao menos remuneração ou valorização, aspectos constitutivos do

ideário neoliberal e ajustados às novas reformas na estrutura jurídica concretizada nos últimos anos.

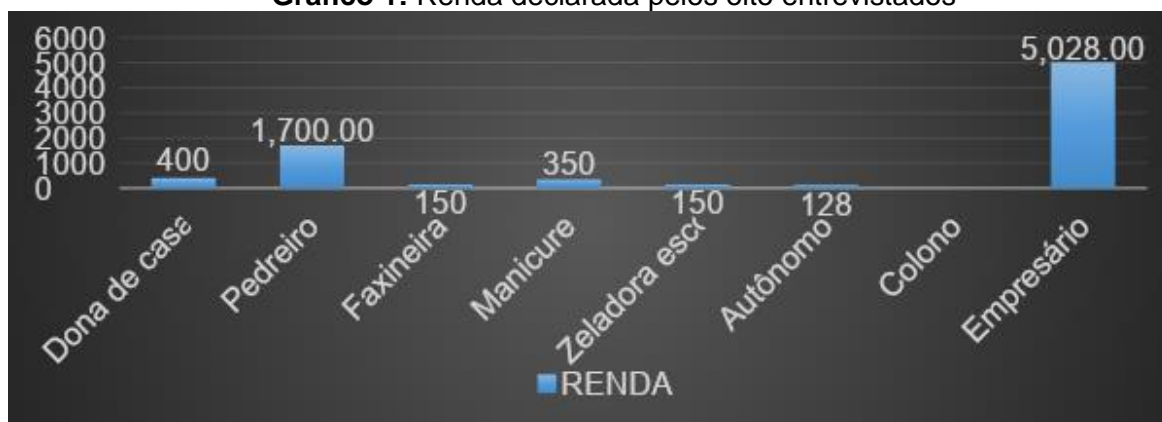
A partir desses contornos, na próxima seção, adentramos ao universo desses jovens para discutir a relação trabalho, educação e juventude.

Juventudes da Periferia Beltronense: Trajetórias na escola e no mercado de trabalho

Na pesquisa de campo, entrevistamos oito jovens, cinco do gênero feminino e três do masculino. A entrevista semiestruturada foi composta por 20 questões abertas relacionadas às trajetórias na escola e no mercado de trabalho. Foram também incluídas perguntas sobre a etnia autodeclarada, as origens culturais e escolaridade dos pais e familiares e sobre o território, a exemplo do movimento de ocupação do terreno no qual seria construído o Frigorífico Frigobel, em 2016, assim como o tempo de residência nas localidades pesquisadas. É importante mencionar que, dentro dos limites deste artigo, nos propomos a refletir sobre as questões que dizem respeito, especialmente, à trajetória desses jovens na escola e no mercado de trabalho.

No gráfico a seguir, indicamos os valores mensais, em reais, declarados pelos entrevistados como renda mensal (valor pago por sua força de trabalho), tendo em mente que a categoria renda implica uma condição de classe, e no caso dos entrevistados, os baixos salários estabelecem limitações no que diz respeito à efetiva vivência da moratória social.

Gráfico 1: Renda declarada pelos oito entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da pesquisa, 2021.

Com base nos dados recolhidos, já conseguimos, nas seções anteriores, minimamente localizar nossos entrevistados em uma posição social e condição de

classe trabalhadora, pertencentes a uma geração de indivíduos que compartilham de condições históricas semelhantes, no entanto, originais e de uma condição social mais ou menos geral: a de vender sua força de trabalho para sobreviver. Esses vivenciam e são constituídos por um determinado período da história, sofrem influência de determinadas instituições sociais e ideologias, originais a esse momento histórico.

Se observa que, mesmo aqueles com rendas superiores a quatro salários-mínimos, como o caso do Empresário – embora extraia a mais-valia e possua os meios de produção, atinge posições com melhores remunerações, mas não vive apenas do lucro –, há uma trajetória semelhante de inserção precoce no mercado de trabalho e evasão escolar; assim, mesmo com uma renda “alta”, comunga-se da condição geral da juventude, que é a experiência de vender força de trabalho. No gráfico, verificamos que apenas dois dos oito entrevistados possuem renda superior a dois salários-mínimos, o restante varia entre R \$150,00 a R \$400,00 mensais, com exceção do Colono, que declarou não possuir renda no momento.

É expressivo o fato de que a maioria dos jovens desse grupo não possuir sequer o mínimo de renda estipulado. É nítido, portanto, que vivenciar um período de experimentação social, tolerante e construtivo, está muito distante da realidade desse grupo e, conseqüentemente, dos outros que residem e compartilham do mesmo contexto e condição social. A tabela a seguir representa, de forma concreta, uma condição precária de sobrevivência.

Tabela 3: Número de filhos e dependentes de sua renda mensal declarados pelos entrevistados

PSEUDÔNIMOS	IDADE	Nº DE FILHOS	Nº de dependentes R\$
DONA DE CASA	22	3	4 pessoas
PEDREIRO	23	0	1 pessoas
DOMÉSTICA	21	2	3 pessoas
MANICURE	23	1	3 pessoas
ZELADORA ESCOLAR	24	1	3 pessoas
AUTÔNOMA	23	2	4 pessoas
COLONO	22	1	3 pessoas
EMPRESÁRIO	23	1	3 pessoas

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em dados da pesquisa, 2021.

O fato de já terem constituído seu próprio núcleo familiar, apesar de os entrevistados estarem na faixa etária de 20 a 24 anos, é algo muito relevante, pois nos direciona a possibilidades de reflexão acerca de suas condições de

experimentação social ou de sua vivência do período de moratória social. Por quais razões constituem uma família tão cedo? Seu contexto socioeconômico influencia nessa decisão? E seu contexto cultural? Que condições esses jovens têm de vivenciar outras experiências que não essas?

Podemos questionar até que ponto os jovens aqui pesquisados vivenciam esse período de moratória social, o qual poderia ser usado para se dedicar aos estudos, para se preparar para a inserção social, política e cultural nos mais variados espaços, sendo um momento de tolerância às responsabilidades adultas. Os jovens pesquisados têm trajetórias diferentes: evadiram da escola, a possibilidade de preparação ficou para trás, inseriram-se de forma conturbada, turbulenta e incerta no mercado de trabalho e sem muitas perspectivas de alteração com relação à profissão. Logo, a moratória social torna-se uma categoria abstrata se não consideramos os sujeitos concretos e as possibilidades e limites a eles impostos a partir da sua condição social.

Referente à etnia autodeclarada, obtivemos em campo os seguintes dados: dois dos oito entrevistados se autodeclararam pretos, três pardos e três brancos. Mas, o que, de fato, significam esses números? Eles tornam visível a expressiva vulnerabilidade socioeconômica das populações de etnia preta, parda e indígena (IBGE, 2022). No relatório do IBGE, intitulado Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2022), estão disponíveis dados expressivos com relação ao crescimento da pobreza e da fome no Brasil nos últimos anos. O documento alerta para o fato de que a desigualdade racial é uma realidade a ser combatida, sendo necessário o alargamento das políticas raciais em prol da defesa dos direitos dos cidadãos.

No tocante à trajetória escolar, os jovens apresentam semelhanças em seus históricos escolares no quesito reprovação. Os oito entrevistados são egressos do Ensino Médio, dos quais seis têm um histórico de reprovação, um foi aprovado em conselho de classe e apenas uma não tem esse histórico. Ao perguntarmos se alguma vez foram reprovados e o porquê disso, os jovens nos responderam:

“Sim. Falta” (DONA DE CASA, entrevista);

“Fui, 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior” (COLONO, entrevista).

“Fui, fui reprovada na quarta e depois não, daí eu parei de estudar no primeiro ano” (MANICURE, entrevista).

“Reprovei, no 2º grau e na 4ª série” (ZELADOR ESCOLAR, entrevista).

“Reprovei 3 vezes. Eu reprovei acho que, agora não lembro mais, mas, acho que foi na 7º e na 8º” (PEDREIRO, entrevista).

“Fui reprovada, eu reprovei no primeiro ano e no sétimo ano. Meu, por causa de nota, meu deus!” (DOMÉSTICA, entrevista).

“Só passei por conselho de classe, não reprovei” (AUTÔNOMA, entrevista).

A reprovação revela uma trajetória escolar turbulenta, marcada por fracassos que culminaram na evasão desses jovens. Essa, por sua vez, acaba ajudando a limitar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho em postos com maiores remunerações. Tais limitações encaminham os jovens a condições mais precarizadas de trabalho, como explicitado nos seguintes relatos:

“eu trabalhei com panfletagem, fiquei até os 18, depois eu trabalhei ali na terceirizada pra prefeitura, lá na praça lá do centro” (DONA DE CASA, entrevista).

“Só na roça, daí agora depois que fique de maior na construção civil” (COLONO, entrevista).

“Olha, eu tipo, eu trabalhei só na reciclagem um tempo, aí engravidei e não pude mais trabalhar” (AUTÔNOMA, entrevista).

A necessidade de trabalhar é, para muitos jovens, direta ou indiretamente, a razão central para se deixar a escola. O Pedreiro e o Empresário são enfáticos ao afirmar que o trabalho é o motivo, diferentemente da Dona de Casa, que atribui a motivação às dificuldades de acesso à escola:

“Olha, mais foi serviço, daí eu vim pra cidade comecei a trabalhar e estudar de noite, né? Ai foi e eu parei e não fui mais” (PEDREIRO, entrevista).

“Questão de trabalho e tipo assim, eu sempre coloquei o serviço em primeiro lugar né?” (EMPRESÁRIO, entrevista).

“é que lá no interior onde a gente morava era longe pra “cacete” para pegar o ônibus [...] acabei desgostando e parei” (DONA DE CASA, entrevista).

No caso da Doméstica e da Zeladora Escolar, a categoria trabalho se expressa de forma indireta, visto que, ao constituir família, as despesas aumentaram e a renda tornou-se a necessidade mais imediata. Todavia, outros jovens manifestaram o desinteresse, a falta de prazer e mesmo a relação difícil com a escola:

“Foi por conta da gravidez, [...] daí eu desisti, já me governava mesmo, daí eu desisti” (DOMÉSTICA, entrevista).

“É por causa que eu engravidei, aí não quis mais porque eu não gosto de estudar” (ZELADORA ESCOLAR, entrevista).

“Desinteresse mesmo” (MANICURE, entrevista).

“Ah, nova, o pensamento da gente, acabei não indo mais daí também” (AUTÔNOMA, entrevista).

“Não, o diretor me expulsou” (COLONO, entrevista).

Como mencionado, na maioria dos relatos, a categoria trabalho se faz presente, de forma mais explícita nos discursos do Pedreiro e do Empresário, entretanto, se expressam de forma implícita nos discursos da Doméstica e da Zeladora Escolar quando se referem à gravidez como justificativa da evasão, visto que isso implica o sustento de um filho e a construção das condições materiais para o educar e preparar para o futuro. Nesses casos, ter uma fonte de renda é essencial, por isso, a trajetória escolar passa a ser um segundo plano, ou até terceiro, enquanto o trabalho e a renda recebem mais atenção devido à necessidade.

Outros depoimentos demonstram a relação complicada desses jovens com a escola. Conforme pontua Freitas (2009), a instituição escolar foi constituída, no Brasil, tendo como referência os jovens das classes médias e não os jovens pobres. Ao adentrarem ao espaço escolar, especialmente a partir dos anos 2000, com o processo de massificação da escola, os jovens pobres se sentiram em um não lugar, pois, devido à condição social, estavam desprovidos dos dispositivos exigidos pela escola, tais como a disciplina e a concentração, além de outros aspectos, logo, acabaram/acabam sendo excluídos. Esse processo é agravado pelos agentes internos da escola, que, pela origem pequeno burguesa, reproduzem preconceitos direcionados a esse público menos favorecido. Dayrell e Jesus (2016) chamam a atenção para o distanciamento entre a escola e as juventudes, algo que contribuiu para a desmotivação desses sujeitos em frequentá-la.

No relato da Zeladora Escolar sobre a sua inserção no mercado de trabalho, fica expresso que trabalhou em algumas áreas sem exigência de muita escolaridade; seu último emprego foi na reciclagem, no qual iniciou selecionando o lixo, mas, posteriormente, recebeu a proposta para ser secretária. Ela menciona que se deparou

com um universo que a assustou, pois não sabia lidar com computador, com números, cálculos e planilhas, por isso, não permaneceu na função.

Eu comecei com 15, fui manicure, aos 17 anos comecei a trabalhar na escola no km20 de serviços gerais, daí trabalhei até os 20 anos. Depois dos 20 daí, também parei um tempo [...] daí trabalhei 1 mês na reciclagem, daí agora estou desempregada. Eu estava trabalhando de secretária, trabalhei acho dois dias de secretária na reciclagem, comecei lá, que nem os outros, sabe? “catando” lá, daí trabalhei dois dias de secretária na reciclagem, mas assim, é seria legal aprender de secretaria no caso, mas daí os primeiros dias é meio assustador, daí pedi demissão (ZELADORA ESCOLAR, entrevista).

Enfatizamos das palavras da jovem o seguinte trecho: “os primeiros dias é meio assustador”. Se há algo que lhe assusta, significa que isso não lhe é comum. Assim, provavelmente, em seu contexto sociocultural, ela convive com indivíduos e situações que não apresentam a necessidade cotidiana do uso de tabelas, unidades de medidas e cálculos, ou seja, atividades de reflexão mais elaboradas. Se eles lhe causam estranhamento, como igualar a condição de existência das juventudes periféricas aos grupos juvenis burgueses? Como dizer que o filho do empregado e o do patrão recebem a mesma educação? Diante disso, torna-se mais nítida a ideia de um sistema educacional dual, classista e excludente.

No entanto, podemos inferir desse trecho que o modo de produção capitalista, em sua lógica de funcionamento, exigirá tais conhecimentos de nossos jovens (pertencentes à classe trabalhadora). Nessa perspectiva, a escola, na condição de instituição formativa, deve transmitir esses saberes, ou seja, formar para o mercado de trabalho. Mas entendemos que a escola, inserida na luta de classes, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de contribuir na formação crítica dos jovens, na perspectiva de superação da sociedade de classes, mesmo que em condições precárias, injustas e desiguais. Sendo assim, acreditamos que a escola é vital às juventudes, ainda que com todas as suas contradições.

Se o contexto social projeta nos jovens os desafios, as dificuldades e as limitações que também são impostas aos seus pais, imediatamente podemos supor que existe a reprodução desses fenômenos. Não é à toa que as juventudes têm experiências semelhantes as que tiveram a geração de seus pais, com diferenças, mas com similaridades em seu fim: para o burguês a gestão intelectual dos negócios da família e para a classe trabalhadora a exclusão social e a marginalização territorial, calcadas em uma intensa exploração de sua mão de obra.

Considerando que a maior parcela de evasão ocorre nos anos finais do ensino básico, destacamos que, no caso de nossos oito entrevistados: apenas o Empresário atingiu o 3º ano do Ensino Médio, evadindo no meio do ano; o Autônoma e a Doméstica deixaram os bancos escolares no 2º ano do Ensino Médio; a Manicure, Zeladora Escolar e Pedreiro se afastaram da escola logo no 1º ano do Ensino Médio; por fim, Colono e a Dona de Casa, ambos provenientes do campo, nem adentraram ao Ensino Médio, evadindo-se no 9º ano do Ensino Fundamental.

Esses históricos não são distintos dos de seus familiares, ou melhor, das gerações anteriores. Dos entrevistados, um declarou não saber a escolaridade dos pais; quatro afirmaram que os genitores estudaram apenas até as séries iniciais (3º e 4º ano do Ensino Fundamental I) e três disseram que os pais estudaram até o 8º ano.

Nesse último grupo, destacamos a questão de gênero, pois os três entrevistados afirmaram que as mães atingiram os anos finais do Ensino Fundamental enquanto os pais não estudaram e têm pouca compreensão do universo letrado. Com ênfase nos depoimentos dos jovens, ressaltamos a seguir as respostas que nos levam a inferir que as mães têm um grau mais elevado de escolaridade em relação aos pais:

“minha mãe também, ela fez até o oitavo parece” (DONA DE CASA, entrevista).

“a mãe [...] foi até a 8ª série” (COLONO, entrevista).

“Minha mãe estudou até o 8º ano” (EMPRESÁRIO, entrevista).

Apesar de a evasão dos familiares ser também precoce, houve um significativo aumento com relação às fases do ensino em que evadiram, considerando que poucos familiares passaram do Ensino Fundamental I, ao passo que a maioria dos entrevistados evade já nos anos finais de formação. Entretanto, observamos, mais uma vez, o descaso com a classe trabalhadora, haja vista que, nas antigas e novas gerações, os índices de analfabetismo, de pouca escolaridade e de não conclusão dos estudos são enormes. Então, como falar sobre meritocracia se boa parcela da população se encontra isolada do mundo moderno? O arcaico e o moderno se entrecruzam no sistema educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, contribuem para reproduzir a sociedade de classes da qual fazemos parte.

Considerações

Os jovens aos quais dedicamos este artigo estão inseridos em postos de trabalho de caráter simples, com atividades laborais, majoritariamente manuais, de maneira precarizada ou na informalidade, com baixos salários e, por mais cruel que isso possa parecer, de maneira privilegiada, já que, de acordo com suas condições sociais, é isso ou integrar os milhares de desempregados. Esse mesmo grupo se organiza com base no modelo nuclear de família, constituído por pai, mãe e filhos, o que contribui para que o trabalho assalariado seja mais comum entre os homens, enquanto as mulheres se declararam “do lar”, por conta dos afazeres domésticos e da criação dos filhos.

Ressaltamos, ao longo deste texto, os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a sua relação com o percurso escolar. O principal atravessamento identificado diz respeito ao período de tolerância às tentativas e aos erros cometidos quando adentramos à juventude, ou seja, existe uma real interferência na vivência do período de moratória social dos jovens da classe trabalhadora, considerando as categorias renda, escolaridade, gênero e etnia.

Quanto à experimentação do período de juventude com base na tese da moratória social e nos dados apresentados ao longo da quarta seção, nos quesitos renda, classe social e gênero dos jovens entrevistados, podemos concluir que eles não têm a vivência de um período longo de suspensão de suas obrigações de adultos. Assim, a moratória social disponível a esse grupo é quase inexistente. Tanto o acesso quanto a permanência desses jovens na escola não estão assegurados, tendo em vista as reais necessidades de obtenção de renda para sobreviverem.

O período de moratória social reservado a esses jovens é limitado pela condição de classe. No entanto, é extremamente relevante a sua garantia por meio de políticas públicas direcionadas às juventudes, de modo que permitam um maior tempo para se dedicarem aos estudos sem precisar se inserir precocemente no mercado de trabalho. Uma das alternativas seria a promoção de bolsas de estudo em período integral aos colégios da periferia, com intuito de elevar o período de moratória social.

Finalizamos este trabalho apontando para a necessidade de construção de consenso acerca das possibilidades e estratégias de superação da bagagem cultural burguesa pela construção e pelo fortalecimento de perspectivas pedagógicas que se

voltem aos interesses da classe operária, na perspectiva de uma sociedade justa econômica e culturalmente. Também consideramos importante a aproximação dessas juventudes aos mais diversos Movimentos Sociais organizados, seja em prol de políticas públicas de habitação no campo ou na cidade, bem como instituições e Organizações Não Governamentais (ONGs) da localidade e da região que trabalhem na perspectiva da emancipação dos trabalhadores.

Referências

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1087/1/Livro_EnsinoMedioBrasileiro.pdf. Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em 14 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 de agosto de 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. JESUS, Rodrigo Ednilson. Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v.37, n.135, p.407-423, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.33, n.2, p.63-82, jul/dez 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7064>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

FRANCISCO BELTRÃO. Secretaria Municipal de Ação Social. **Cadastros do Setor de Habitação**. Registro em mar./jul. 2019.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In.: SOUZA, Jessé. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 283-304.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 265-271.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** – PNAD continua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em 07 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP_2022_Municipios_20230622.pdf. Acesso em 14 de junho de 2023.

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão urbana e verticalização: o mercado imobiliário de Francisco Beltrão/PR (1998 a 2012)**. 2015. 365 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/156750>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

LOPES, Chistiani Bortoloto; BORTOLOTO, Claudimara Cassoli; ALMEIDA, Shiderlene Vieira de. O Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas. **Perspectiva**. Florianópolis, v.34, n.2, p. 555-581, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2016v34n2p555>. Acesso em 16 de julho de 2021.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf. Acesso em 12 de julho de 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória n. 746/2016 (Lei n. 13. 415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 de junho de 2022.

MOTTA, Vania Cardoso. LEHER, Roberto. GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser social, Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v.20, n.43, p.310-328, jul/dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18862. Acesso em 16 de junho de 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social.” **Temporalis**. Brasília, v.2, n.3, p.41-50, jan/jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em 13 de abril de 2022.

PAGNAN, Jorgiane. **Segregação socioespacial e o direito à cidade**: estudo sobre o bairro Padre Ulrico Francisco Beltrão – PR. 2019. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNIOESTE, Francisco Beltrão. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4378>. Acesso em 15 de março de 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César Franca. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>. Acesso em 14 de março de 2022.

SANFELICE, José Luiz. Breves reflexões sobre “juventude”, educação e globalização. In: MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania**. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. p. 66-87.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.131-152, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpXrzCX5GYtgFpr7VbhG/>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/477235880/Escola-Classe-e-LutadeClassesGeorges-1>. Acesso em 12 de agosto de 2022.